

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 712857 - RJ (2015/0111202-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE
EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : ADRIANA FELIPPE ROSALBA E OUTRO(S) -
RJ097238
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
PROCURADOR : RAFAEL ESTEVES CARDOSO E OUTRO(S) -
RJ175768

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ILEGALIDADE DA GREVE. ALEGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL QUE ACARRETERIA NA PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETIVO E A EXTINÇÃO DO PRESENTE FEITO. NÃO COMPROVADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO DOS SINDICATO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem, quando do julgamento da Apelação, consignou que *muito embora os documentos acostados aos autos demonstrem o engajamento dos servidores ao movimento e a tentativa de conciliação entre as partes, a parte ré não logrou êxito em comprovar o preenchimento dos requisitos previstos na lei n.º 7.783/1989. Concluindo que a parte autora não se desincumbiu do ônus que lhe impõe o artigo 333, II, do CPC, no sentido de demonstrar a existência do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, motivo pelo qual a ação deve ser julgada procedente com resolução do mérito, na forma do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Vale ressaltar que a parte ré não apresentou qualquer fato novo, tampouco eventual questão de direito relevante a justificar a improcedência do pedido.*

2. Dessa forma, rever o entendimento esposado pelo Tribunal de origem, demandaria o imprescindível revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, sendo inviável tal discussão, na via eleita, ante o óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes: AgRg no AREsp. 711.586/DF, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 24.8.2015; AgRg no AREsp. 553.862/PR, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 30.3.2016.

3. Ainda que superado esse óbice, como consignado pela Corte de origem, coube ao Requerido, em função do disposto no art. 333, II do CPC, o ônus de trazer aos autos qualquer prova quanto à existência de fato modificativo ou extintivo do direito buscado pelos Servidores, o que não ocorreu. Assim, esse fundamento autônomo e suficiente à manutenção do aresto recorrido não foi impugnado nas razões do Recurso Especial, permanecendo, portanto, incólume. Dessa forma, aplicável, na espécie, por analogia, a Súmula 283 do STF. Precedentes: AgRg no REsp. 1.512.615/PE, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 19.4.2016; AgRg no AREsp. 625.530/MG, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 18.4.2016.

4. Agravo Interno do Sindicato a que se nega

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

